



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**LICITAÇÃO Nº144/2009  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2009**

**PARTE A – PREÂMBULO**

**I. Regência legal:**

Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº. 2.593/05, Lei Estadual nº. 9.433/05, Lei Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº. 7.583, de 05 de setembro de 2008, Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

**II. Repartição interessada e setor:**

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Prefeitura Municipal de Feira de Santana**

**III. Número de ordem:**

Pregão Eletrônico nº 051/2009

**IV. Processo administrativo nº :**

Licitação nº. 144/2009

**V. Finalidade da licitação/objeto:**

**AQUISIÇÃO DE MATERIAL (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS) PARA O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.**

**VI. Tipo de licitação:**

( ) Por item  
Menor Preço ( ) Por lote  
( X ) Global do Lote

**VIII. Forma de fornecimento:**

Aquisição ( ) Única  
( x ) Parcelada

**IX. Prazo de entrega do objeto**

( X ) 06 (seis) meses  
( ) Conforme ANEXO I

**X. Site, data e horário (Brasília-DF) para recebimento de propostas e início da sessão pública:**

Site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) Tempo de disputa: 20 minutos mais o tempo aleatório do sistema  
Recebimento das propostas: **Das 10:00 horas do dia 16/07/2009 às 14:30 horas do dia 29/07/2009**  
Início da sessão pública: **às 15:00 horas do dia 29/07/2009**

Unidade Gestora:

12 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social FONTE 29

Projeto/Atividade:

08.243.005.2084

Elemento de despesa:

339030

**XI. Patrimônio líquido mínimo necessário:**

( x ) R\$ 9.893,92

**XII. Local, horário e responsável pelos esclarecimentos sobre este edital:**

Pregoeiro e portaria de designação: Bel. Raildo Santos Leal, pregoeiro designado na forma do Decreto nº. 7.515, de 20 de maio de 2008.

Endereço: Avenida Sampaio, nº 344 Centro Feira de Santana – Bahia

Horário: 9hs Tel.: 75 – 3602 - 8345 Fax: 75-3602-8333 E-mail: [pregoeiro.raildo@pmfs.ba.gov.br](mailto:pregoeiro.raildo@pmfs.ba.gov.br)

## PARTE B – DISPOSIÇÕES GERAIS

### 1. OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por escopo o objeto descrito no **item V do preâmbulo**, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no **Anexo I** deste Edital.
- 1.2. O prazo de entrega dos bens, a contar da data assinatura do contrato, está indicado no **item IX do preâmbulo**, admitindo-se a sua prorrogação nos termos dos arts. 141 e 142 da Lei Estadual 9.433/05.
- 1.3. O tipo da licitação está indicado no **item VI do preâmbulo**.
- 1.4. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.
- 1.5. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta da dotação orçamentária especificada no **item X do preâmbulo**.

### 2. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Somente serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e nos seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.
- 2.2. Não serão admitidas empresas em consórcio nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou ainda as declaradas inidôneas, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei Estadual nº 9.433/95.
- 2.3. Em consonância com o art. 200 da Lei Estadual nº 9.433/95, fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.
- 2.4. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei Estadual nº 9.433/95.

### 3. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

- 3.1. Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Estadual nº 9.433/05 e das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, no que for pertinente.

### 4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento de usuário pelos licitantes, que será realizado através do Banco do Brasil, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a formalização do pedido e entrega da documentação necessária.
- 4.2. O credenciamento se dará através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

- 4.3. O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.
- 4.4. O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.
- 4.5. As informações e esclarecimentos acerca do credenciamento devem ser obtidos junto ao pregoeiro designado.
- 4.6. As microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar também declaração de que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida lei, bem como que, inexistem fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento desta situação. A declaração deverá estar assinada pelo representante legal da empresa e pelo seu contador. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de setembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

## **5. PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **5.1. QUANTO À FORMA E VALIDADE**

- 5.1.1. Os documentos da habilitação deverão estar dispostos ordenadamente, rubricados pelo representante legal da empresa, ou por seu mandatário.
- 5.1.2. As propostas de preços deverão ser enviadas através do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), por meio da digitação da senha de identificação do licitante, mediante a opção **Acesso Identificado**, obedecendo à data e horários estabelecidos no **item X do preâmbulo**.
- 5.1.3. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada pelo pregoeiro.
- 5.1.4. Na hipótese do item anterior, a habilitação dos proponentes ficará condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como à validade dos documentos cadastrais, por meio de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado da Bahia na SAEB, que será impresso sob forma de extrato do cadastrado.
- 5.1.5. As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

### **5.2. PROPOSTA DE PREÇOS**

- 5.2.1. O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes do **Anexo I**, em consonância com o modelo do **Anexo II**, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.
- 5.2.2. Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.
- 5.2.3. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.

- 5.2.4. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, após execução do objeto não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
- 5.2.5. A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada no **item X do preâmbulo** para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
- 5.2.6. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.
- 5.2.7. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 5.2.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital ou que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- 5.2.9. A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

### 5.3. HABILITAÇÃO

5.3.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação:

- a) de registro público, no caso de empresário individual;
- b) em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores;
- c) no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores;
- d) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3.2. A **Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da dívida ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

5.3.3. A **Qualificação Técnica** será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.3.4. **Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**, em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual nº 9.433/05, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, se for o caso, o emprego de menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste Edital.

## 6. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

### 6.1. FASE INICIAL

6.1.1. A proposta comercial deverá ser enviada em formulário eletrônico, através do site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), durante o prazo previsto no **item X do preâmbulo** para recebimento das propostas, devendo a licitante manifestar, em campo próprio o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste Edital.

6.1.2. A partir do horário previsto no **item X do preâmbulo** para início da sessão pública do pregão eletrônico, terá lugar a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições estabelecidas no edital, as quais serão classificadas para a etapa de lances.

6.1.3. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.

6.1.4. Se a participante do certame for ME ou EPP, devidamente comprovado, a documentação de regularidade fiscal poderá ser regularizada após ser declarada vencedora, ou seja, para homologação e posterior contratação, conforme estabelece a lei complementar 123/2006.

6.1.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 04 (quatro) dias úteis, contados da data da homologação do certame, promover a sua regularização, com a apresentação dos documentos exigidos no edital.

### 6.2. ETAPA COMPETITIVA DE LANCES ELETRÔNICOS

6.2.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas no edital convocatório.

6.2.3. O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances cujos valores forem superiores ao último lance anteriormente registrado no sistema e aceito.

6.2.4. Não serão registrados, para o mesmo item, 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.2.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

- 6.2.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.2.7. Alternativamente ao disposto no item anterior, e com justificativa do pregoeiro registrada em ata, o encerramento antecipado da sessão pública poderá ocorrer por sua decisão, quando transcorrido o tempo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do previsto inicialmente no edital para a sessão de lances, mediante o encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.
- 6.2.8. No caso da adoção do rito previsto no item anterior, encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, bem assim decidir sua aceitação.
- 6.2.9. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita desde que atenda todas as condições deste Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação que será de R\$ 98.939,20 (noventa e oito mil novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos).**
- 6.2.10. O pregoeiro anunciará, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor, a proposta que, em consonância com as especificações contidas neste edital, apresentou o menor preço.
- 6.2.11. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade na forma prevista no edital, devendo a comprovação se dar, de imediato, mediante a remessa da documentação via fax no prazo máximo de 01h00 (uma) hora, com o encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis do encerramento do pregão, sendo, inclusive, condição indispensável para a contratação.
- 6.2.11.1. A documentação a que se refere este item compreende os documentos de habilitação, a proposta escrita de preços, a **Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação**, conforme o modelo constante do **Anexo VI**, e, se for o caso, o instrumento de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo do **ANEXO III**, devendo ser anexada, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.
- 6.2.12. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e das informações relativas à sessão pública do pregão deverão constar da ata divulgada no sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei.
- 6.2.13. Se a oferta de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 6.2.14. Na situação prevista no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 6.2.15. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer, imediatamente, um novo prazo de até 30 (trinta) minutos para o recebimento de novas propostas.

- 6.2.16. Constatado que o proponente da melhor oferta aceitável atende às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.
- 6.2.17. Os atos essenciais do pregão eletrônico serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos da legislação pertinente.
- 6.2.18. Para a contratação, será observada, em caso de negociação, proposta de preços readequada ao que foi ofertado no lance eletrônico.

## **7. RECURSOS**

- 7.1. Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, com o registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, na adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 7.2. Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer dos licitantes, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, que deverá ser formulado em documento próprio no sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.
- 7.3. O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, será realizado pelo pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis.
- 7.4. A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.
- 7.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 8.1. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.
- 8.2. Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.
- 8.3. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

## **9. CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 da Lei Estadual 9.433/05, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.
- 9.2. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.
- 9.3. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

- 9.4. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.
- 9.5. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.
- 9.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.
- 9.7. Por ocasião da assinatura do contrato, a empresa vencedora do certame deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a garantia deverá ter seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato.
- 9.8. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

## **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 10.1. Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.
- 10.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.
- 10.3. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.
- 10.4. Em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até quinze dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

## **11. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

- 11.1 Os preços são fixos e irreeajustáveis.

## **12. FORMA DE FORNECIMENTO**

- 12.1. A forma de fornecimento do presente contrato está definida no **item VIII do preâmbulo**.

## **13. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 13.1. Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:
- a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

- b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c) dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- d) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- e) promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- f) esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- g) cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- h) fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- i) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- j) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

13.2. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá à contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

#### **14. PENALIDADES**

14.1. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se o infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

14.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

14.2.1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

14.2.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

- 14.2.3. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- 14.2.4. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.
- 14.2.5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 14.3. Será advertido verbalmente, pelo pregoeiro, o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.
- 14.4. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei 9.433/05.
- 14.5. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei. 9.433/05.
- 14.6. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

## **15. RESCISÃO**

- 15.1. A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.
- 15.2. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.
- 15.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

## **16. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO**

- 16.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei Estadual nº 9.433/05.

## **17. IMPUGNAÇÕES**

- 17.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de um (1) dia útil.
- 17.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 18.1. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

- 18.2. O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 18.3. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.
- 18.4. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados pelo pregoeiro, no local e horário indicados no **item XIII do preâmbulo** e no portal [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).
- 18.5. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação em vigor.
- 18.6. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Feira de Santana, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 18.7. São partes indissociáveis deste Edital os seguintes anexos:

- I. **Especificações do Objeto;**
- II. **Modelo de Proposta de Preços;**
- III. **Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame;**
- IV. **Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor;**
- V. **Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação.**
- VI. **Minuta do Contrato**

Feira de Santana, 14 de julho de 2009.

**Raildo Santos Leal**  
**Pregoeiro**

<p>Prefeitura Municipal de Feira de Santana</p> <p>LICITAÇÃO Nº 144/2009 – PREGÃO Nº 051/2009</p> <p>O Edital da licitação acima mencionada foi devidamente analisado e aprovado com observância às exigências legais constantes da Lei Estadual 9.433/2005.</p> <p>Feira de Santana, ____/____/____</p> <p>_____ José Jorge Assad OAB: 5111/BA <b>Procurador Designado</b></p>
---

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

#### AQUISIÇÃO EM GERAL

Modalidade de Licitação <b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	Número 051/2009
---	--------------------

- I-1. Aquisição de material (gêneros alimentícios) para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.
- I-2. **Local de entrega:** A entrega do objeto licitado será no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Rua Georgina Erisma, 31, Centro – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
- I-3. A marca, o modelo, a referência e demais características, bem como o prazo de garantia dos bens ofertados, deverão, obrigatoriamente, ser informados na proposta.
- I-4. Se o material não corresponder ao que foi aprovado pelos gestores será devolvido.
- I-5. Será necessária a amostra e ficha técnica dos materiais para aprovação dos gestores do Programa, do provável ganhador em até 03 (três) dias úteis após a realização do Certame Licitatório.

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Modalidade de Licitação <b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	Número 051/2009
---	--------------------

**Aquisição de material (gêneros alimentícios) para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI**

**LOTE 01**

Item	Especificação	Und	Quant	Valor unit.	Valor total
01	Calabresa Josefina mista embalagem plástica transparente validade superior a 6 meses.	Kg	400		
02	Almôndega ao Molho – carne moída farinha de trigo, amido, polpa de tomate, cebola, alho, sal, açúcar, embalado lata de 800 a 1000 Gr, em lata validade de 6 meses	Kg	1000		
03	Carne bovina desidratada tipo charque de primeira qualidade. Embalagem de 500Gr envolto em plástico transparente resistente e não apresentar furo na face exterior no seu invólucro, nem presença de espumas no interior da embalagem, nem odor fétido lacre a vácuo caixa de papelão contendo 30 pacotes de 500Gr. Apresentar prazo de validade mínimo de 6 meses.	Kg	400		
04	Salsicha tipo Viena ingredientes mínimos: carne bovina, carne mecanicamente separada de aves, água, fécula de mandioca, proteína de soja, sal, condimentos naturais, conservante natural, hemoglobina, estabilizante tripolifosfato de sódio de sódio, realçador de sabor glutamato monossódico atioxidante, embalagem lata de 300 a 500Gr peso líquido sem apresentar vazamentos, perda de vácuo, estufamento ou presença de ferrugem apresentar prazo mínimo de 1 ano.	Kg	360		
05	Mortadela de frango ingredientes mínimos carne de frango, água, proteína concentrada de soja, sal, amido, glicose, estabilizante, condimentos naturais, antioxidante, conservador e corante natural, embalado em plástico sem furos, sem impurezas com informações nutricionais e embalagens de 1 Kg (no Maximo) validade mínima de 2 meses. de 1ano.	Kg	200		
06	Mortadela de boi – ingredientes mínimos carne de mecanicamente separada de aves, toucinhos, pele suína, água, carne bovina, amido proteína texturizada de soja, sal, maetrodextrina, aromas naturais regulada de acidez lactado sódio, estabilizante, embalado em plástico sem furos, sem impurezas com informações nutricionais e embalagens de no máximo 1 Kg validade mínima 2 meses.	Kg	200		
07	Proteína de soja texturizada (sabor carne) embalado em sacos plásticos sem furos e sem impurezas com informações nutricionais e embalagens de 1Kg e prazo mínimo de validade	Kg	100		

	1 ano.				
08	Proteína de soja texturizada (sabor frango) embalado em sacos plásticos sem furos e sem impurezas com informações nutricionais prazo de validade 1 ano.	Kg	100		
09	Sardinha em óleo comestível com sal, envasado em lata folha de flandê, sem apresentar vazamento, perda de vácuo, amassado ou ferrugem peso líquido de 454Gr a 600Gr. Peso drenado de 341 Gr a 400Gr, apresentação nutricional na embalagem, com validade mínima de 1 ano.	latas	480		
10	Feijão – Tipo 01 – carioquinha ou mulatinho primeira qualidade embalagem de 1Kg envolto em saco plástico transparente, não conter seu interior mofo, insetos fungos, leveduras, substâncias estranhas e principalmente misturas de grãos novos com grãos de safras anteriores. Seus grãos devem ser inferiores, perfeitos, macios com tamanhos e cor própria. Fardo de 30Kg.	Kg	692		
11	Arroz – Tipo parborizado, agulha extra longa com 7 a 7,5mm grãos perfeitos, maduros, secos e isentos de impureza embalagem 1 Kg envolto em saco plástico transparente com as devidas informações do produto fechado a vácuo fardo de 30Kg apresenta prazo mínimo de validade 06 meses.	Kg	300		
12	Macarrão parafuso com simôla – de 1º qualidade embalagem de 5Kg, invólucro em plástico ou papel celofane. Não apresentar umidade, nem furo na parte externa, assim como impureza ou micro organismo no seu interior lacre a vácuo reembalado em caixas de papelão. Apresentar prazo de validade mínimo de 06 meses.	Kg	300		
13	Farinha de mandioca –Tipo 1 – tomada embasada em embalagens de 1 Kg transparente, isenta de impureza ou mofo, com as devidas informações no rótulo e validade mínima de 06 meses.	Kg	300		
14	Extrato de tomate – concentrado – ingredientes: tomate, sal, e açúcar embalado em tetrapark de 370 ou 520 Gr. Sem furos ou impureza e sem perder o vácuo reembalado em caixa de papelão com prazo mínimo de validade de 1 ano.	Kg	130		
15	Molho de tomate peneirado: tomate, cebola, açúcar sal, amido modificado, óleo vegetal, extrato de levedura, manjericão, alho, aipo, salsa, e realçador de sabor, glutamato monossódico embalagem em tetrapark de 520 Gr a 1080 Gr sem furos ou danos na embalagem sem perder o vácuo reembalado em caixa de papelão prazo mínimo de validade de 1 ano.	Kg	260		
16	Óleo de Soja – embalagem de 900 MI, em vaso em lata de folha de flandês sem apresentar vazamento, perda de vácuo, presença de furos e ferrugens na fase exterior, caixa com 20 unidades.	CX	47		

17	Biscoito salgado tipo cream cracker – especial sem umidade suco, crocante. Embalagem de 400 a 600 Gr envolto em plástico e ou papel celofane transparente, contendo sua composição química na embalagem, sem apresentar furo no invólucro, fechado à vácuo e em dupla embalagem reembalados em caixa de papelão. Apresentar prazo de validade superior a 6 meses.	Kg	200		
18	Biscoito tipo Maria – embalagem de 400 a 600 Gr envolto em plástico resistente e ou papel celofane transparente, contendo sua composição química na embalagem sem apresentar furo no invólucro e reembalado em caixa de papelão. Apresentar prazo de validade mínimo de 06 meses.	Kg	200		
19	Biscoito rosquinha (sabor coco) embalagem de 400 a 1000Gr em volto em plástico transparente, contendo sua composição química na embalagem sem apresentar furo no invólucro e reembalado em caixa de papelão. Apresentar prazo de validade de mínimo de 06 meses.	Kg	400		
20	Biscoito tipo rosquinha (sabor chocolate) embalagem de 400 a 1000 Gr em volto em plástico resistente transparente, contendo sua composição química na embalagem sem apresentar furo no invólucro e reembalado em caixa de papelão. Apresentar prazo de validade de mínimo 6 meses.	Kg	400		
21	Doce de Banana – ingredientes polpa de Banana, açúcar e acido cítrico em volta em plástico transparente ou papel salofone em tabletes de 2 Gr a 4Gr reembalado pacotes com 200 a 300 Gr contendo sua composição nutricional na embalagem sem apresentar furo no invólucro e validade de no mínimo 6 meses.	Kg	260		
22	Doce de Goiaba – Ingredientes polpa de goiaba, banana, açúcar e acido cítrico, em volto em plástico transparente ou papel salofone em tabletes de 2 a 4 Gr, pacotes com 200 a 300 Gr contendo sua composição nutricional na embalagem sem apresentar furo e validade de no mínimo 6 meses.	Kg	260		
23	Doce tipo Negobom – ingredientes polpa de goiabada e banana açúcar acido cítrico e passado no açúcar embalagens individuais de 2 a 4 Gr e reembalado pacotes de 500 a 1000 Gr. Não apresentar furo e validade de no mínimo 6 meses.	Kg	70		
24	Achocolatado – tipo bebida láctea, sabor chocolate ingradients leite, soro de leite, açúcar,cacau entre outros. Embalagem tetra park, de 200ml, reembalado em caixa de papelão conter informações nutricionais e prazo de validade na embalagem.	und	6.000		
25	Pó para preparo refresco sabor Natural de tangerina, ingredientes açúcar, ácido cítrico, ácido fumárico, ácido ascórbico, aroma natural tangerina, fosfato tricálcio, carbosú – metil – celulose, corante, embalagem de 1 Kg papel aluminizado com informações nutricional sem furo, e com validade de mínima 1 ano.	Kg	500		

26	Pó para preparo refresco sabor natural de uva, ingredientes mínimos, açúcar, ácido cítrico, ácido fumárico, ácido ascórbico, aroma natural uva, fosfato tricalcico, carbosú – metil – celulose, corante, embalagem de 1 Kg papel aluminizado com informações nutricionais, sem furos e com validade mínima de 1 ano.	Kg	500		
27	Pó para preparo refresco sabor natural de maracujá/com laranja, ingredientes mínimos, açúcar, ácido cítrico, ácido fumárico, ácido ascórbico, aroma natural maracujá – laranja, fosfato tricalcico, carbosú – metil – celulose, corante, embalagem de 1 Kg papel aluminizado com informações nutricionais, sem furos e com validade mínima de 1 ano.	Kg	200		
28	Pó para preparo de mingau de aveia com coco ingredientes mínimos: açúcar, leite em pó, amido de milho, aveia em flocos, óleo vegetal refinado, coco ralado, farinha de aveia embalagem pacotes de 1 Kg a 2kg com instruções nutricionais e de rendimento, sem furo e com validade mínima de 1 ano.	Kg	1.000		
29	Pó para preparo de pudim curau ingredientes mínimos: açúcar, leite em pó, amido de milho, farinha de milho, enriquecido com ferro aroma de milho verde, embalado emerticamente fechadas sem furos ou impurezas contendo 1Kg a 25Kg validade mínima 1ano.	Kg	1.000		
30	Pó para preparo de Arroz Doce: ingredientes mínimos: açúcar, arroz, leite em pó, amido de milho, óleo vegetal, aroma natural de canela, embalado sem furos emerticamente fechado sem impurezas contendo de 1Kg a 2 Kg validade mínima de 1 ano.	Kg	1.000		
31	Mistura para preparo de mingau sabor baunilha ingredientes mínimos, açúcar, leite em pó, amido de milho, malto dextrina. óleo vegetal, Aroma e corante embalagem fechada sem furo, impurezas embalagens de 1Kg a 2Kg com prazo mínimo de validade de 1ano.	Kg	500		
32	Mistura para sopa de macarrão colorido c/ charque e mandioquinha ingredientes mínimos: Macarrão colorido enriquecido com ferro e ácido fólico, farinha de milho pré gelatinizada enriquecida com ferro e ácido fólico, malto dextrina, charque desidratado, óleo vegetal, sal refinado, mandioquinha desidratada, salsa desidratado, cebola em pó, alho em pó, corante natural embalagem fechada sem furo e impurezas embalagem 1Kg a 2Kg com prazo de validade.	Kg	1.000		
33	Mistura tipo Risoto com galinha ingredientes mínimos, arroz frango desidratado, sal verdura desidratadas, tempero verde desidratado. Embalagem fechada sem apresentar ferros impurezas com 1Kg a 2Kg com validade mínima 1ano.	Kg	500		
34	Pó para preparo de creme de chocolate com flocos de morango, ingredientes mínimos: leite em pó, açúcar, amido de milho, malto dextrina, cacau alcalino em pó, gordura vegetal e morango	Kg	1.000		

	com flocos. Embalagem sem apresentar furos ou impureza embalagem 1Kg a 2Kg com prazo de validade mínima de 1 ano. Reenbalado em caixa de papelão.				
35	Mistura tipo baião de 3 arroz com feijão e charque, ingredientes mínimos: arroz beneficiado, feijão carne de charque desidratado, verduras desidratadas, temperos verde desidratados, embalagem sem apresentar furos e impurezas com capacidade de 1Kg a 2Kg com prazo de validade mínima de 1ano.	Kg	1.000		
					<b>Total</b>

Feira de Santana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

---

**RAZÃO SOCIAL**  
**CNPJ**  
**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL**  
**E ASSINATURA**

## ANEXO III ORÇAMENTO BÁSICO DA ADMINISTRAÇÃO

<b>Modalidade de Licitação</b> <b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	Número 051/2009
--	--------------------

Item	Especificação	Und	Quant	Valor unit.	Valor total
01	Calabresa Josefina mista embalagem plástica transparente validade superior a 6 meses	Kg	400	7,10	2.840,00
02	Almôndega ao Molho – carne moída farinha de trigo, amido, polpa de tomate, cebola, alho, sal, açúcar, embalado lata de 800 a 1000 Gr, em lata validade de 6 meses	Kg	1000	9,50	9.500,00
03	Carne bovina desidratada tipo charque de primeira qualidade. Embalagem de 500Gr envolto em plástico transparente resistente e não apresentar furo na face exterior no seu invólucro, nem presença de espumas no interior da embalagem, nem odor fétido lacre a vácuo caixa de papelão contendo 30 pacotes de 500Gr. Apresentar prazo de validade mínimo de 6 meses.	Kg	400	8,60	3.440,00
04	Salsicha tipo Viena ingredientes mínimos: carne bovina, carne mecanicamente separada de aves, água, fécula de mandioca, proteína de soja, sal, condimentos naturais, conservante natural, hemoglobina, estabilizante tripolifosfato de sódio de sódio, realçador de sabor glutamato monossódico atioxidante, embalagem lata de 300 a 500Gr peso liquido sem apresentar vazamentos, perda de vácuo, estufamento ou presença de ferrugem apresentar prazo mínimo de 1 ano.	Kg	360	4,20	1.512,00
05	Mortadela de frango ingredientes mínimos carne de frango, água, proteína concentrada de soja, sal, amido, glicose, estabilizante, condimentos naturais, antioxidante, conservador e corante natural, embalado em plástico sem furos, sem impurezas com informações nutricionais e embalagens de 1 Kg (no Maximo) validade mínima de 2 meses. de 1ano.	Kg	200	3,50	700,00
06	Mortadela de boi – ingredientes mínimos carne de mecanicamente separada de aves, toucinhos, pele suína, água, carne bovina, amido proteína texturizada de soja, sal, maetrodextrina, aromas naturais regulada de acidez lactado sódio, estabilizante, embalado em plástico sem furos, sem impurezas com informações nutricionais e embalagens de no máximo 1 Kg validade mínima 2 meses.	Kg	200	3,50	700,00
07	Proteína de soja texturizada (sabor carne) embalado em sacos plásticos sem furos e sem impurezas com informações nutricionais e embalagens de 1Kg e prazo mínimo de validade 1ano.	Kg	100	2,50	250,00
08	Proteína de soja texturizada (sabor frango) embalado em sacos plásticos sem furos e sem impurezas com informações nutricionais prazo de validade 1 ano.	Kg	100	2,50	250,00
09	Sardinha em óleo comestível com sal, envasado	latas	480	3,00	1.440,00

	em lata folha de flande, sem apresentar vazamento, perda de vácuo, amassado ou ferrugem peso líquido de 454Gr a 600Gr. Peso drenado de 341 Gr a 400Gr, apresentação nutricional na embalagem, com validade mínima de 1 ano.				
10	Feijão – Tipo 01 – carioquinha ou mulatinho primeira qualidade embalagem de 1Kg envolto em saco plástico transparente, não conter seu interior mofo, insetos fungos, leveduras, substâncias estranhas e principalmente misturas de grãos novos com grãos de safras anteriores. Seus grãos devem ser inferiores, perfeitos, macios com tamanhos e cor própria. Fardo de 30Kg.	Kg	692	3,50	2.422,00
11	Arroz – Tipo parborizado, agulha extra longa com 7 a 7,5mm grãos perfeitos, maduros, secos e isentos de impureza embalagem 1 Kg envolto em saco plástico transparente com as devidas informações do produto fechado a vácuo fardo de 30Kg apresenta prazo mínimo de validade 06 meses.	Kg	300	2,00	600,00
12	Macarrão parafuso com simôla – de 1º qualidade embalagem de 5Kg, invólucro em plástico ou papel celofane. Não apresentar umidade, nem furo na parte externa, assim como impureza ou micro organismo no seu interior lacre a vácuo reembalado em caixas de papelão. Apresentar prazo de validade mínimo de 06 meses.	Kg	300	2,80	840,00
13	Farinha de mandioca –Tipo 1 – tomada embasada em embalagens de 1 Kg transparente, isenta de impureza ou mofo, com as devidas informações no rótulo e validade mínima de 06 meses.	Kg	300	1,30	390,00
14	Extrato de tomate – concentrado – ingredientes: tomate, sal, e açúcar embalado em tretapark de 370 ou 520 Gr. Sem furos ou impureza e sem perder o vácuo reembalado em caixa de papelão com prazo mínimo de validade de 1ano.	Kg	130	6,30	819,00
15	Molho de tomate peneirado: tomate, cebola, açúcar sal, amido modificado, óleo vegetal, extrato de levedura, manjericão, alho, aipo, salsa, e realçador de sabor, glutamato monossódico embalagem em tetrapark de 520 Gr a 1080 Gr sem furos ou danos na embalagem sem perder o vácuo reembalado em caixa de papelão prazo mínimo de validade de 1 ano.	Kg	260	4,40	1.144,00
16	Óleo de Soja – embalagem de 900 Ml, em vaso em lata de folha de flandes sem apresentar vazamento, perda de vácuo, presença de furos e ferrugens na fase exterior, caixa com 20 unidades.	cx	47	59,10	2.777,70
17	Biscoito salgado tipo cream cracker – especial sem umidade suco, crocante. Embalagem de 400 a 600 Gr envolto em plástico e ou papel celofane transparente, contendo sua composição química na embalagem, sem apresentar furo no invólucro, fechado à vácuo e em dupla embalagem	Kg	200	3,70	740,00

	reembalados em caixa de papelão. Apresentar prazo de validade superior a 6 meses.				
18	Biscoito tipo Maria – embalagem de 400 a 600 Gr envolto em plástico resistente e ou papel celofane transparente, contendo sua composição química na embalagem sem apresentar furo no invólucro e reembalado em caixa de papelão. Apresentar prazo de validade mínimo de 06 meses.	Kg	200	3,80	760,00
19	Biscoito rosquinha (sabor coco) embalagem de 400 a 1000Gr em volta em plástico transparente, contendo sua composição química na embalagem sem apresentar furo no invólucro e reembalado em caixa de papelão. Apresentar prazo de validade de mínimo de 06 meses.	Kg	400	4,50	1.800,00
20	Biscoito tipo rosquinha (sabor chocolate) embalagem de 400 a 1000 Gr em volta em plástico resistente transparente, contendo sua composição química na embalagem sem apresentar furo no invólucro e reembalado em caixa de papelão. Apresentar prazo de validade de mínimo 6 meses.	Kg	400	4,50	1.800,00
21	Doce de Banana – ingredientes polpa de Banana, açúcar e ácido cítrico em volta em plástico transparente ou papel salofone em tabletes de 2 Gr a 4Gr reembalado pacotes com 200 a 300 Gr contendo sua composição nutricional na embalagem sem apresentar furo no invólucro e validade de no mínimo 6 meses.	Kg	260	3,50	910,00
22	Doce de Goiaba – Ingredientes polpa de goiaba, banana, açúcar e ácido cítrico, em volta em plástico transparente ou papel salofone em tabletes de 2 a 4 Gr, pacotes com 200 a 300 Gr contendo sua composição nutricional na embalagem sem apresentar furo e validade de no mínimo 6 meses.	Kg	260	3,50	910,00
23	Doce tipo Negobom – ingredientes polpa de goiabada e banana açúcar ácido cítrico e passado no açúcar embalagens individuais de 2 a 4 Gr e reembalado pacotes de 500 a 1000 Gr. Não apresentar furo e validade de no mínimo 6 meses.	Kg	70	3,35	234,50
24	Achocolatado – tipo bebida láctea, sabor chocolate ingredientes leite, soro de leite, açúcar, cacau entre outros. Embalagem tetra park, de 200ml, reembalado em caixa de papelão conter informações nutricionais e prazo de validade na embalagem.	und	6.000	0,98	5.880,00
25	Pó para preparo refresco sabor Natural de tangerina, ingredientes açúcar, ácido cítrico, ácido fumárico, ácido ascórbico, aroma natural tangerina, fosfato tricálcio, carboximetilcelulose, corante, embalagem de 1 Kg papel aluminizado com informações nutricionais sem furo, e com validade de mínima 1 ano.	Kg	500	6,90	3.450,00
26	Pó para preparo refresco sabor natural de uva, ingredientes mínimos, açúcar, ácido cítrico, ácido fumárico, ácido ascórbico, aroma natural uva, fosfato tricálcio, carboximetilcelulose, corante, embalagem de 1 Kg papel aluminizado com informações nutricionais, sem furos e com validade mínima de 1 ano.	Kg	500	6,90	3.450,00

27	Pó para preparo refresco sabor natural de maracujá/com laranja, ingredientes mínimos, açúcar, ácido cítrico, ácido fumárico, ácido ascórbico, aroma natural maracujá – laranja, fosfato tricalcico, carbosú – metil – celulose, corante, embalagem de 1 Kg papel aluminizado com informações nutricionais, sem furos e com validade mínima de 1 ano.	Kg	200	6,90	1.380,00
28	Pó para preparo de mingau de aveia com coco ingredientes mínimos: açúcar, leite em pó, amido de milho, aveia em flocos, óleo vegetal refinado, coco ralado, farinha de aveia embalagem pacotes de 1 Kg a 2kg com instruções nutricionais e de rendimento, sem furo e com validade mínima de 1 ano.	Kg	1.000	6,90	6.900,00
29	Pó para preparo de pudim curau ingredientes mínimos: açúcar, leite em pó, amido de milho, farinha de milho, enriquecido com ferro aroma de milho verde, embalado emerticamente fechadas sem furos ou impurezas contendo 1Kg a 25Kg validade mínima 1ano.	Kg	1.000	6,90	6.900,00
30	Pó para preparo de Arroz Doce: ingredientes mínimos: açúcar, arroz, leite em pó, amido de milho, óleo vegetal, aroma natural de canela, embalado sem furos emerticamente fechado sem impurezas contendo de 1Kg a 2 Kg validade mínima de 1 ano.	Kg	1.000	6,90	6.900,00
31	Mistura para preparo de mingau sabor baunilha ingredientes mínimos, açúcar, leite em pó, amido de milho, malto dextrina. óleo vegetal, Aroma e corante embalagem fechada sem furo, impurezas embalagens de 1Kg a 2Kg com prazo mínimo de validade de 1ano.	Kg	500	6,50	3.250,00
32	Mistura para sopa de macarrão colorido c/ charque e mandioquinha ingredientes mínimos: Macarrão colorido enriquecido com ferro e ácido fólico, farinha de milho pré gelatinizada enriquecida com ferro e ácido fólico, malto dextrina, charque desidratado, óleo vegetal, sal refinado, mandioquinha desidratada, salsa desidratado, cebola em pó, alho em pó, corante natural embalagem fechada sem furo e impurezas embalagem 1Kg a 2Kg com prazo de validade.	Kg	1.000	7,00	7.000,00
33	Mistura tipo Risoto com galinha ingredientes mínimos, arroz frango desidratado, sal verdura desidratadas, tempero verde desidratado. Embalagem fechada sem apresentar ferros impurezas com 1Kg a 2Kg com validade mínima 1ano.	Kg	500	6,50	3.250,00
34	Pó para preparo de creme de chocolate com flocos de morango, ingredientes mínimos: leite em pó, açúcar, amido de milho, malto dextrina, cacau alcalino em pó, gordura vegetal e morango com flocos. Embalagem sem apresentar furos ou impureza embalagem 1Kg a 2Kg com prazo de validade mínima de 1 ano. Reenbalado em caixa de papelão.	Kg	1.000	7,00	7.000,00
35	Mistura tipo baião de 3 arroz com feijão e charque, ingredientes mínimos: arroz beneficiado, feijão carne de charque desidratado,	Kg	1.000	6,80	6.800,00

	verduras desidratadas, temperos verde desidratados, embalagem sem apresentar furos e impurezas com capacidade de 1Kg a 2Kg com prazo de validade mínima de 1ano.				
<b>Total</b>					<b>98.939,20</b>

Feira de Santana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

---

RAZÃO SOCIAL  
 CNPJ  
 NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
 E ASSINATURA

## ANEXO IV

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Modalidade de Licitação <b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	Número 051/2009
---	--------------------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Feira de Santana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

---

RAZÃO SOCIAL  
CNPJ  
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
E ASSINATURA

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação <b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	Número 051/2009
---	--------------------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

( ) nem menor de 16 anos.

( ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Feira de Santana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

---

RAZÃO SOCIAL  
CNPJ  
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
E ASSINATURA

## ANEXO VI

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Modalidade de Licitação <b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	Número 051/2009
---	--------------------

Declaramos sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto no inc. V do artigo 184 da Lei Estadual 9.433/05, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 186 do mesmo diploma.

Feira de Santana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

---

RAZÃO SOCIAL  
CNPJ  
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
E ASSINATURA

## ANEXO VI

### MINUTA DO CONTRATO

#### CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA-BA, E A EMPRESA...

Contrato que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CGC/MF sob o nº 14.043.574/0001-51**, com sede na Av. Sampaio, nº 344, Centro - Feira de Santana-Ba, representada pelo Exmº Sr. Prefeito Tarsizio Pimenta Suzart Junior, autorizado pelo art. 86, XIV, da sua Lei Orgânica, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, Inscrição Municipal nº \_\_\_\_\_, situado à \_\_\_\_\_, adjudicatária vencedora do pregão nº 051/2009, Processo Licitatório nº 144/2009, neste ato representad(a) pelo Sr(s). \_\_\_\_\_, portador(es) do(s) documento(s) de identidade nº \_\_\_\_\_, emitido(s) por \_\_\_\_\_, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei Estadual nº 9.433/05, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a aquisição de material (gêneros alimentícios) para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, de acordo com as especificações constantes do **Anexo I** do Edital, condições previstas neste contrato e na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

§1º. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

§2º. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§3º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

O prazo de entrega dos bens, a contar da data assinatura do contrato é de 06 (seis) meses, admitindo-se a sua prorrogação nos termos dos arts. 141 e 142 da Lei Estadual 9.433/05.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O Contratante pagará à Contratada o preço de (especificar)

§1º - Nos preços previstos neste contrato estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos,

taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

<b>UNIDADE GESTORA</b>	<b>FONTE</b>	<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>
12 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	FONTE 29	08.243.005.2084	339030

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

§1º. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da CONTRATADA.

§2º. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

§3º. Em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até quinze dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

#### **CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

A concessão de reajustamento, nos termos no inc. XXV do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação do INPC/IBGE

Os preços são fixos e irreeajustáveis.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA**, além das determinações contidas no ANEXO I do Edital e daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) fornecer os bens de acordo com as especificações técnicas constantes no edital de licitação e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;
- b) zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- c) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;

- d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- e) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- g) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- h) adimplir os fornecimentos exigidos pelo Edital e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- i) promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens;
- j) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infra-estrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
- k) trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;
- l) oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a;
- m) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente do transporte e montagem dos bens;
- n) emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- b) realizar o pagamento pela execução do contrato;

#### **CLÁUSULA NONA - FORMA DE FORNECIMENTO**

A forma de fornecimento do presente contrato será o de parcelada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:

- a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

- b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c) dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- d) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- e) promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- f) esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- g) cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- h) fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- i) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- j) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

**Parágrafo único:** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá à contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos no art. 185 da Lei Estadual 9.433/05, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de negar-se a contratada a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§01. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§02. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§03. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

§04. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido ao contratado o valor de qualquer multa porventura imposta.

§º5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO**

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

§º1. A rescisão poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§º2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no edital da licitação e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO**

As partes elegem o Foro da Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que sejam, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Feira de Santana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_